

Ref. Pregão Eletrônico nº 006/2018

**MACIEL AUDITORES S/S**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº.13.098.174/0001-80, com sede na Av. Paulista, nº 1009, sl. 1808, bairro Jardim Paulista, São Paulo/SP, CEP: 01.311-100, neste ato representada por seu representante legal, vem a presença de Vossa Senhoria, com fulcro no art. 41, §1º da Lei 8.666/93 e Item 4.5 do Edital, para apresentar

### **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

o que faz pelos fatos e considerações jurídicas a seguir passa a expor:

### **PRELIMINARMENTE**

#### ***Da tempestividade***

Inicialmente é importante definir que a Impugnante apresenta sua manifestação, tempestivamente, segundo critérios temporais definidos pelo pelo item 4.5 do Edital, senão vejamos:

*4.5. Impugnação - Conforme disposto no Decreto Municipal n.º 413/2015, fica instituído acesso eletrônico para a impugnação, nos procedimentos de contratações eletrônicas, no site (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br), sendo que qualquer interessado poderá até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento*

*das propostas impugnar o ato convocatório do Pregão, de acordo com o disposto no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A.*

Desse modo, a fim de evitar que hajam irregularidades latentes no processo licitatório, para garantir a legalidade e o cumprimento aos princípios de direito administrativo, imprescindível que se aceite e julgue a presente manifestação, retificando os pontos controversos que maculam o certame de anomalias.

## **DAS RAZÕES PELA REFORMA DO EDITAL**

### **1. DO PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE E DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA**

Trata-se de licitação na modalidade pregão eletrônico, tipo menor preço, para a contratação de empresa para prestação de serviços de auditoria independente nas Demonstrações Contábeis da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S.A., em atendimento às Leis Federais n.º 6.404/76 e 11.638/07, relativamente ao exercício de 2018, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do respectivo Edital, bem como as características mínimas contidas no formulário proposta eletrônica e anexos.

Embora o edital esteja impecável, respeitosamente, **participação limitada as empresas de pequeno porte e microempresas limita a competitividade e se torna óbice à seleção da proposta mais vantajosa à administração.**

Segundo o item 5.1 do instrumento convocatório:

**5.1. Somente poderão participar da presente Licitação, microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, conforme Lei Complementar nº 123/2006 e seus alterações, sendo estas, empresas regularmente**

estabelecidas no país, cuja finalidade e ramo de atuação principal estejam ligados ao objeto do presente Pregão Eletrônico, que satisfaçam integralmente as condições deste Edital e que estejam cadastradas no site e-Compras Curitiba [www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).

A decisão da administração, do que tudo indica foi embasada no valor estimado para o contrato a saber, R\$ 50.358,00 (cinquenta mil trezentos e cinquenta e oito reais) - item 1.2 do edital.

Pela mera análise do valor estimado para a contratação, o presente objeto estaria dentro da obrigatoriedade da Lei Complementar 123/2006 (art. 48, I).

No entanto, não se deve perder de vista que a contratação sempre visa a ampla competitividade à serviço da seleção da proposta mais vantajosa à administração.

Desse modo, verifica-se que o presente pregão, do modo como foi confeccionado seu instrumento convocatório, restringe a competitividade, eis que exclui as empresas de médio e grande porte da disputa; frise-se que a possibilidade de empresas maiores competirem, traz também a possibilidade da contratação de empresa mais experiente e que proporcionará mais segurança à contratação.

Doutrinariamente, o princípio da igualdade reconhece outros princípios específicos do procedimento licitatório, sejam eles, a competitividade e seu coirmão princípio da isonomia; o primeiro decorre do segundo e ambos estão previstos no nos incisos I e II artigo 3º da Lei Federal nº 8.666/93 respectivamente:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, **restringam ou frustrem o seu caráter competitivo**, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991

II - **estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras**, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991.

Nos dispositivos acima vislumbramos que nas vedações legais impostas são o que garantem igualdade de forças e possibilidades aos licitantes de competir de modo equânime, evitando-se tratamento diferenciado e discriminatório de qualquer natureza.

Desse modo, alinhado ao entendimento doutrinário e legal trazido pela Lei Geral de Licitações, afim de se reprimir a restrição da competição e selecionar a proposta mais vantajosa em benefício da administração a Impugnante requer a reforma do presente edital pelos motivos acima explicitados.

## **2. DOS DISPOSITIVOS DA MINUTA CONTRATUAL QUE EXTRAPOLAM OS LIMITES DO ART. 48, I DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006**

In casu, conforme pode-se verificar pelo item 11.10, "O prazo de vigência do contrato será de 06 (SEIS MESES) meses a partir da data do início da execução dos serviços, podendo ser prorrogado **de conformidade com o artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93, se acordas as partes.**"

Ocorre que o art. 57 da Lei Geral de Licitações prevê quanto a prorrogação que:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, os quais poderão ter a sua duração estendida por igual período;

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que deverão ter a sua duração dimensionada com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a duração a sessenta meses.

**II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;**

IV - ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato.

V - às hipóteses previstas nos incisos IX, XIX, XXVIII e XXXI do art. 24, cujos contratos poderão ter vigência por até cento e vinte meses, caso haja interesse da administração.

V - às hipóteses previstas nos incisos IX, XIX, XXVIII e XXXI do art. 24, cujos contratos poderão ter vigência por até 120 (cento e vinte) meses, caso haja interesse da administração.

**§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente atuados em processo:**

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou

*retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.*

Considerando a possibilidade de prorrogação do contrato, o valor estimado ultrapassa o teto de R\$ 80.000,00 estipulados na LC 123/2006, razão pela qual o edital deve ser reformado, excluindo-se a imposição de exclusividade para ME e EPP.

Segundo item 14.2 do edital o valor estimado da contratação é de R\$ 50.358,00 (cinquenta mil trezentos e cinquenta e oito reais) pelo período de 1 (um) ano, logo, não restam dúvidas que havendo prorrogação, já estará sendo ultrapassado o teto de R\$ 80.000,00, pois somados o período de contratação normal e de pelo menos uma prorrogação já teríamos como valor estimado de R\$100.000,00 (cem mil reais).

**Gize-se de forma redundante, que o valor estimado da contratação deverá considerar o valor das possíveis prorrogações, situação que certamente implicará na extrapolação do teto de R\$ 80.000,00 previsto na LC 123/2006 para imposição da exclusividade.**

Como a lei determinada que apenas licitações cujo valor sejam de até R\$ 80.000,00 possam ser aplicadas a exclusividade; e considerando que para fins de dimensionar o valor da licitação devem ser somados os períodos de prorrogação, conclui-se que o presente certame não deveria privilegiar a exclusividade.

Tal alteração se justifica, inclusive a fim de se buscar a proposta mais vantajosa à administração, que contratará empresa amplamente qualificada, diminuindo-se as chances problemas técnicos na prestação dos serviços técnicos.

## **DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, clama-se que esta Administração retifique o Edital nos, de modo que a participação seja possibilitada à todas as empresas do ramo que tenham condições técnicas de participar e não somente microempresas e empresas de pequeno porte.

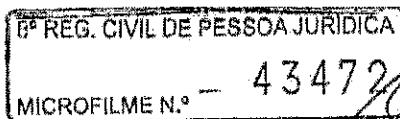
As referidas alterações são necessárias para atender aos ditames do art. 30, II da Lei Geral de Licitações (para seja selecionada a proposta mais vantajosa à administração).

Nestes termos, pede deferimento.

De Porto Alegre – RS, 14 de dezembro de 2018.

13.098.174/0001-80  
MACIEL AUDITORES S/S  
AV. PAULISTA, 1009 SALA 1808  
JARDIM BELA VISTA - CEP 01311-100  
SÃO PAULO - SP

  
**ROGER MACIEL DE OLIVEIRA**  
Diretor Presidente



MACIEL AUDITORES S/S  
GRUPO MACIEL

14ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL  
CNPJ 13.098.174/0001-80

**ROGER MACIEL DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado sob regime de separação total de bens, nascido em 14/06/1976, Contador com registro no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, CRCRS071.505/O-3 T SP, portador da Cédula de Identidade RG nº 1056192246, SSP/RS, com inscrição no CPF nº 902.384.350-91, residente e domiciliado na Av. Paulista, 1009, Sala 1808, Bairro Bela Vista, na cidade de São Paulo/SP, CEP 01.311-100, **DENNIS PAVIA VILLALVA**, brasileiro, casado com comunhão parcial de bens, nascido em 11/01/1980, Contador com registro no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, CRC 1SP246768/O-6, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.891.775/9, SSP/SP, com inscrição no CPF nº 282.358.208-89, residente e domiciliado na Tiquatira, 560, na cidade de São Paulo/SP, CEP 04.137-111, **SHAILA SANTOS DA SILVA**, brasileira, união estável, nascida em 23/09/1980, Contador com registro no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro, CRC RJ095.707/O-7, portador da Cédula de Identidade RG nº 11231043-8, IFP/RJ, com inscrição no CPF nº 083.876.917-98, residente e domiciliado na Rua Professor Everardo Backeuser, 115, apartamento 302, Bairro Méier, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.725-240 e **LUCIANO GOMES DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, nascido em 08/07/1972, Contador com registro no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio Grande do Sul, CRC/RS nº 59.628/O-2, portador da Cédula de Identidade RG nº 1045048863, SSP/RS, com inscrição no CPF nº 579.226.910-68, residente e domiciliado na Rua Coronel Manoel Py, nº 204, Apartamento 302, Bairro São João, na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90.550-040, únicos sócios da Sociedade Simples "MACIEL AUDITORES S/S", com inscrição no 8º Registro Civil de Pessoas Jurídicas de São Paulo, RCPJ/SP, sob microfilme nº 36.739, de 27/06/2016 e alterações posteriores, com sede na Av. Paulista, 1009, Sala 1808, Bairro Jardim Paulista, na cidade de São Paulo/SP, CEP 01.311-100, resolvem de comum acordo promover a presente **ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL** mediante as seguintes cláusulas:

#### DAS ALTERAÇÕES

##### Cláusula primeira - DO AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL E REDISTRIBUIÇÃO DAS COTAS

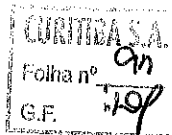
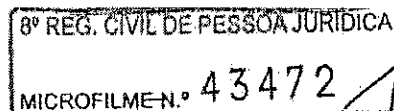
O capital social integralizado que hodiernamente é de R\$ 700.000,00 (setecentos mil), é elevado em R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) passando a ser de R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais), devidamente integralizado e subscrito neste ato, sendo subdivididas as cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real), respeitando-se os percentuais previamente definidos, na seguinte forma:

Sócios	Nº Quotas	Valor (R\$)	Percentual (%)
Roger Maciel de Oliveira	1.649.000	1.649.000,00	97,00
Dennis Pavia Villalva	17.000	17.000,00	1,00
Luciano Gomes dos Santos	17.000	17.000,00	1,00
Shaila Santos da Silva	17.000	17.000,00	1,00
Total	1.700.000	1.700.000,00	100,00

MACIEL AUDITORES S/S  
GRUPO MACIEL  
CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL  
CNPJ 13.098.174/0001-80

**ROGER MACIEL DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado sob regime de separação total de bens, nascido em 14/06/1976, Contador com registro no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, CRCRS071.505/O-3 T SP, portador da Cédula de Identidade RG nº 1056192246, SSP/RS, com inscrição no CPF nº 902.384.350-91, residente e domiciliado na Av. Paulista, 1009, Sala 1808, Bairro Bela Vista, na cidade de São Paulo/SP, CEP 01.311-100, **DENNIS PAVIA VILLALVA**, brasileiro, casado com comunhão parcial de bens, nascido em 11/01/1980, Contador com registro no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, CRC 1SP246768/O-6, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.891.775/9, SSP/SP, com inscrição no CPF nº





282.358.208-89, residente e domiciliado na Rua Tiquatira, 560, na cidade de São Paulo/SP, CEP 04.137-111, SHAILA SANTOS DA SILVA, brasileira, união estável, nascida em 23/09/1980, Contador com registro no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro, CRC RJ095.707/O-7, portador da Cédula de Identidade RG nº 11231043-8, IFP/RJ, com inscrição no CPF nº 083.876.917-98, residente e domiciliado na Rua Professor Everardo Backeuser, 115, apartamento 302, Bairro Méier, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.725-240 e LUCIANO GOMES DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, nascido em 08/07/1972, Contador com registro no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio Grande do Sul, CRC/RS nº 59.628/O-2, portador da Cédula de Identidade RG nº 1045048863, SSP/RS, com Inscrição no CPF nº 579.226.910-68, residente e domiciliado na Rua Coronel Manoel Py, nº 204, Apartamento 302, Bairro São João, na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90.550-040, únicos sócios da Sociedade Simples "MACIEL AUDITORES S/S", com Inscrição no 8º Registro Civil de Pessoas Jurídicas de São Paulo, RCPJ/SP, sob microfilme nº 36.739, de 27/06/2016 e alterações posteriores, com sede na Av. Paulista, 1009, Sala 1808, Bairro Jardim Paulista, na cidade de São Paulo/SP, CEP 01.311-100, resolvem de comum acordo e na melhor forma do direito, consolidar o Contrato Social, em conformidade com a lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002 e nas omissões ou por legislação específica que rege essa forma societária, na forma e condições a seguir:

#### Cláusula Primeira – DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

A sociedade girará sob o nome empresarial de Maciel Auditores S/S, com nome fantasia Grupo Maciel®.

#### Cláusula Segunda – DA MATRIZ

A sociedade terá sede e domicílio Av. Paulista, 1009, Sala 1808, Bairro Jardim Paulista, na cidade de São Paulo/SP, CEP 01.311-100.

#### Cláusula Terceira – DO OBJETO SOCIAL

O objeto social é prestação de serviços profissionais de auditoria.

#### Cláusula Quarta – DO CAPITAL SOCIAL

O capital social subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais), com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada quota, distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

Sócios	Nº Quotas	Valor (R\$)	Percentual (%)
Roger Maciel de Oliveira	1.649.000	1.649.000,00	97,00
Dennis Pavia Villaiva	17.000	17.000,00	1,00
Luciano Gomes dos Santos	17.000	17.000,00	1,00
Shaila Santos da Silva	17.000	17.000,00	1,00
Total	1.700.000	1.700.000,00	100,00

#### Cláusula Quinta – DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para sua aquisição, se colocadas à venda, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

#### Cláusula Sexta – DO INÍCIO DAS ATIVIDADES

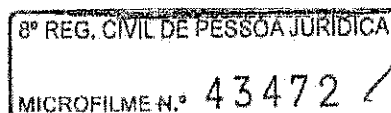
A sociedade iniciou as atividades e 01 de novembro de 2010, seu prazo de duração é indeterminado. Encerra-se seu exercício social em 31 de dezembro de cada ano.

#### Cláusula Sétima – DA ADMINISTRAÇÃO E USO DA DENOMINAÇÃO

A administração da sociedade é exercida pelo sócio, ROGER MACIEL DE OLIVEIRA com todos os poderes e atribuições nos assuntos trabalhistas, sociais, tributários, financeiros, relações com órgãos públicos e de classe, tanto quanto, sua



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.



representação em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, entre outros, autorizado o uso do nome empresarial vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações, seja em favor de quaisquer dos cotistas ou de terceiros, bem como, onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.



#### Cláusula Oitava – DO PRÓ- LABORE

Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de “pró-labore”, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

#### Cláusula Nona – DO BALANÇO PATRIMONIAL E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas da sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultados econômicos; cabendo aos sócios, na proporção de suas cotas, os lucros ou perdas apurados.

#### Cláusula Décima – DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

A sociedade responsabilizar-se-á pela reparação de dano que causar a terceiros, por culpa ou dolo, no exercício da atividade profissional e que os sócios responderão solidariamente e ilimitadamente pelas obrigações sociais, depois de esgotados os bens da sociedade.

**Parágrafo único:** Todos os sócios qualificados no preâmbulo, contadores legalmente registrados no respectivo Conselho profissional, se responsabilizarão tecnicamente pelos serviços de Auditoria e pelos serviços de contabilidade de acordo com os objetivos sociais da sociedade, previstos no Art. 25 do Decreto-Lei 9.295/46.

#### Cláusula DécimaPrimeira – DAS DELIBERAÇÕES E DISPOSIÇÕES GERAIS

Nos quatro primeiros meses seguintes do exercício social, os sócios em comum acordo marcarão uma data para reunião onde deliberarão sobre as quotas e designarão administradores quando for o caso. A convocação desta reunião será feita através de comunicado interno, assinado pelos sócios, onde constarão local, dia e hora da mesma, bem como os assuntos tratados nesta reunião será lavrada uma ata em duas vias, sendo a primeira via encaminhada para o Registro Civil de Pessoas Jurídicas, e a segunda via com o protocolo deste, será arquivada na sede da empresa, ficando assim dispensada da lavratura do livro de atas.

#### Cláusula Décima Segunda – DO FALECIMENTO OU INCAPACIDADE SUPERVENIENTE

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

**Parágrafo Único** – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

#### Cláusula Décima Terceira – DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

A pessoa jurídica estará extinta com a dissolução por meio do consenso unânime dos sócios ou através de deliberação por maioria absoluta de votos, como dispõe o artigo 1.033, II e III do Código Civil de 2.002. Ocorrida a dissolução da sociedade, cumpre aos administradores nomear um liquidante, no tocante ao que se refere o artigo 1.036 do Código Civil de 2.002.

#### Cláusula Décima Quarta – DO DESIMPEDIMENTO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Os sócios declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

*[Assinaturas manuscritas]*

Cláusula Décima Quinta – DO FORO

Os casos omissos no presente contrato serão regidos pelos dispositivos da lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo/SP, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem assim justos e contratados, assinam a presente alteração em 03 (três) vias de igual forma e teor.

São Paulo, 16 de agosto de 2018.



Roger Máciel de Oliveira  
Sócio RG 1056192246 SSP/RS



Dennis Pavia Villalva  
Sócio RG 26.891.775-9 SSP/SP

Shaila Santos da Silva  
Sócia RG nº 11231043-8 IFP/RJ

Luciano Gomes dos Santos  
Sócia RG 1045048863 SSP/RS

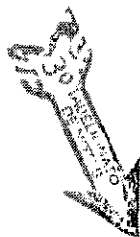


Testemunhas:

Yan Soares Lemos  
RG 31.155.594.15 SSP/RS



Luisa Zanini da Fontoura  
RG 71.105.711.35 SSP/RS



Luis Felipe Barros  
OAB/RS 65.230

RECONHEÇO POR AUTENTICIDADE  
A(S) FIRMA(S) DE  
SHAILA SANTOS DA SILVA  
13731159  
Valor total: 7,82  
Rio de Janeiro, 17/08/2018.  
ECS865907-YVC  
Consulte em <https://www7.tir1.jus.br/atepublico>  
24º OFÍCIO DE NOTAS  
Av. Af. Barragem, 139 C - (21) 3553-6020  
OFÍCIO DE NOTAS  
Marcelo Barbosa da Silva  
Escritor  
Matrícula: 64/14871

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO  
O presente instrumento, prenotado, está em consonância com a legislação da profissão contábil e com o Provimento nº 16, de 13.11.1984 da CGI SP, item 18 do Cap. XVIII. Sem prejuízo, deverão ser observadas as demais exigências legais cuja conferência e responsabilidade ficam a cargo exclusivo do órgão competente para registro e arquivamento. Dentro do prazo de 30 (trinta) dias do recebimento deste, deverão ser encaminhadas por V. Sª ao CRC SP uma cópia autenticada do instrumento averbado e CNPJ atualizado para o efetivo registro neste órgão. O não atendimento no prazo acima acarretará o arquivamento do pedido e para uma nova solicitação deverão ser recolhidos novos emolumentos.  
São Paulo, 29 AGO 2018

MARCELO MIYAOHI  
Chefe do Departamento de Registro

8º REG. CIVIL DE PESSOA JURIDICA  
MICROFILME N.º 434725

**12º TABELÃO de NOTAS**  
CARTÓRIO DO 12º TABELÃO DE NOTAS  
R. HUMBERTO SANTO - TABELÃO - TEL. (11) 3344-6271 - FAX (11) 3244-5362

Reconheço 01 firma autêntica de DENIS PAVIA  
VILLALVA aposta em minha presença, dou fe.()

Selo: 1042047/225  
SAO PAULO, 24 de Agosto de 2018,  
Em Testemunho da verdade. V. R\$15,50 H. 15:29

ELAINE XAVIER  
Escritor Autorizada

12º TABELÃO DE NOTAS  
AL. SANTOS, 1470  
Elaine Xavier Fialho  
Escritor Autorizada

0042047/225

**8º TABELÃO DE NOTAS DO PORTO ALEGRE**  
Reconheço por SEMELHANÇA as firmas de YAN SOARES DE LEMOS e LUISA ZANINI DA FONSECA. Dou fe 0455 01.1800003.09565 a 09568  
Porto Alegre, 21 de agosto de 2018  
Em Testemunho da Verdade  
Ana Paula Santos de Oliveira - Escritor Autorizada  
Emolumentos: R\$ 15,00 + Selo digital: R\$ 2,80 - 09:38:32 1807583-34150 178

D725.875

**7º TABELÃO DE NOTAS DO PORTO ALEGRE**  
Reconheço por AUTENTICIDADE as firmas de ROGER MACIEL DE OLIVEIRA; LUCIANO GOMES DOS SANTOS e LUIS FELIPE CANTO BARROS. Dou fe 0455 01.1800003.09482 a 09484  
Porto Alegre, 20 de agosto de 2018  
Em Testemunho da Verdade  
Sandro Frantz Nunes - Escritor Autorizada  
Emolumentos R\$ 20,40 + Selo digital R\$ 5,20 - 16:53:53 1807558-38815 189

D724.922

**CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS** 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-0  
Av. Presidente Lacerda, 1145 - Santa Rosa - Centro - Joinville/SC - CEP 89.000-000 - Tel. (51) 3245.5454 - Fax: (51) 3245.5454

**Autenticação Digital**  
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 5.076/1994 e Art. 6º Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fe.  
Cód. Autenticação: 57081309181413140637-5; Data: 13/09/2018 14:14:08

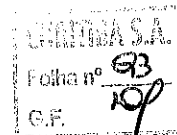
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AHM21191-A18N  
Valor Total do Ato: R\$ 4,23  
Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>



8º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo

Oficial: Geraldo José Filiagi Cunha

Pça Pe Manuel da Nóbrega 21 - 5º And - Centro  
Tel.: (XX11) 3107-0111 e 3777-8680 - Email: 8rtd@8rtd.com.br - Site: www.cdtsp.com.br



**REGISTRO PARA FINS DE  
PUBLICIDADE E EFICÁCIA CONTRA TERCEIROS**

**Nº 43.472 de 11/09/2018**

Certifico e dou fê que o documento em papel, foi apresentado em 30/08/2018, o qual foi protocolado sob nº 62.404, tendo sido registrado sob nº 43.472 e averbado no registro nº 36.739 de 27/06/2016 no Livro de Registro A deste 8º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo, na presente data.

Natureza:

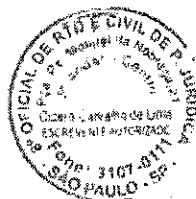
ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

São Paulo, 11 de setembro de 2018



  
Cicero Carvalho de Lima  
Escrevente Autorizado

Este certificado é parte integrante e inseparável do registro do documento acima descrito.

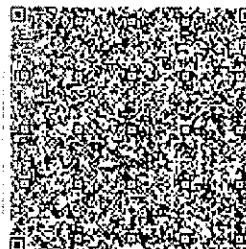


Emolumentos	Estado	Impesp	Registro Civil	Tribunal de Justiça
R\$ 1.019,93	R\$ 289,87	R\$ 198,40	R\$ 53,68	R\$ 70,00
Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 48,96	R\$ 21,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.702,21



Para verificar o conteúdo integral do documento, acesse o site:  
[servicos.cdtsp.com.br/validarrregistro](http://servicos.cdtsp.com.br/validarrregistro)  
e informe a chave abaixo ou utilize um leitor de qrcode.

**00171768843571398**



Para verificar a autenticidade do documento, acesse o site da Corregedoria Geral da Justiça:  
<https://selodigital.tjsp.jus.br>

Selo Digital

**1137534PJCD000004303AC187**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DA PARAÍBA  
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS  
FUNDADO EM 1888  
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE  
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB  
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484  
<http://www.azevedobastos.not.br>  
E-mail: [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)



### DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital*<sup>1</sup> ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes<sup>2</sup>.

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **MACIEL AUDITORES S.S** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **MACIEL AUDITORES S.S** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **13/09/2018 14:25:06 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **MACIEL AUDITORES S.S** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail [autentica@azevedobastos.not.br](mailto:autentica@azevedobastos.not.br)

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

**Código de Consulta desta Declaração:** 1075126

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **13/09/2019 14:14:09 (hora local)**.

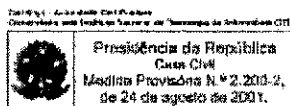
<sup>1</sup>**Código de Autenticação Digital:** 57081309181413140637-1 a 57081309181413140637-6

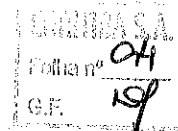
<sup>2</sup>**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

### CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b0729342e19a8fa808e9da0bcebc7cee36a5736013fa8628fd3f09e5799c7014a36165c62f7b7df72863d470d733  
0262738a18164aff8a6b746f6997e2399a327





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DA PARAÍBA  
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS  
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE  
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB  
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484  
<http://www.azevedobastos.not.br>  
E-mail: [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)



### DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital*<sup>1</sup> ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes<sup>2</sup>.

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **MACIEL AUDITORES S.S** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **MACIEL AUDITORES S.S** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **14/08/2018 15:55:33 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **MACIEL AUDITORES S.S** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail [autentica@azevedobastos.not.br](mailto:autentica@azevedobastos.not.br)

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

**Código de Consulta desta Declaração:** 1052982

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **14/08/2019 14:47:42 (hora local)**.

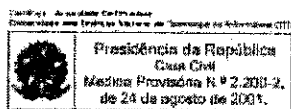
<sup>1</sup>**Código de Autenticação Digital:** 57081408181438500149-1

<sup>2</sup>**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

### CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b3cb0229a26ab7c1f76c372390783787a788c35fb76a9f1ca4381f40f8b099bd536165c62f7b7df72863d470d733026272513a0ca6d117d3af911bacd8a0d5704





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL  
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE  
DO ESTADO DE SÃO PAULO



CATEGORIA  
CONTADOR  
NOME  
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA

Nº DO REGISTRO  
RS-071505/O-3 T-SP

FILIAÇÃO  
LIBIO PAZ DE OLIVEIRA  
NEUZA MACIEL DE OLIVEIRA

ASSINATURA DO PROFISSIONAL



NASCIMENTO	NACIONALIDADE	NATURALIDADE
14/08/1976	BRASILEIRA	SAO LUIZ GONZAGA - RS
DIPLOMAÇÃO	CPF	RG
02/10/2004	802.384.350-01	1056192246 SSP-RS
TÍTULO	TÍTULO EXPEDIDO (OU DECL. DE PROVISIONADO)	
BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS	FAC. CIENC. CONT. ADM. SAO. JERONIMUS	

Esta carteira tem fé pública como documento de identidade, nos termos do art. 18 do Decreto-Lei nº 9.295/46, c/c art. 1º da Lei nº 6.206/75.

DATA DE EXPEDIÇÃO  
14/08/2017

Gildo Freire de Araújo  
PRESIDENTE DO CRC

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

**CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS** 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CRIJ. 66.879-9  
Autenticação Digital  
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º Inc. XII  
da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel  
do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé.  
Cód. Autenticação: 57081408181438500149-1; Data: 14/08/2018 14:47:  
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AHH32374-GHIZ;  
Valor Total do Ato: R\$ 4,23  
bail, Valder de Miranda Cavalcanti  
Título Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>



Companhia de Desenvolvimento de Curitiba  
Gerência Financeira / Administrativa e de Pessoal

## INFORMAÇÃO

**Protocolo nº 57-000.209/2018**

À DP4 - Supervisão Jurídica

**Assunto: IMPUGNAÇÃO DE EDITAL**

Encaminhamos para análise e manifestação quanto ao pedido de IMPUGNAÇÃO interposto pela empresa **MACIEL AUDITORES S/S**, relativo ao Pregão Eletrônico n.º 006/2018, que tem por objeto a **contratação de empresa para prestação de serviços de auditoria independente nas Demonstrações Contábeis da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S.A.**, em atendimento às Leis Federais n.º 6.404/76 e 11.638/07, relativamente ao exercício de 2018, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do respectivo Edital, bem como as características mínimas contidas no formulário proposta eletrônica e anexos, partes integrante deste Edital, à disposição no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba ([www.e-compras.curitiba.pr.gov.br](http://www.e-compras.curitiba.pr.gov.br)).

Em breves linhas, a empresa fundamenta sua impugnação alegando a restrição da competição, visto que a licitação limita a participação apenas de microempresas e empresas de pequeno porte. Ainda, sugere como segundo

ponto, que a possível prorrogação do contrato com a empresa vencedora do certame ultrapassaria o valor teto de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para a aplicação da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações.

A impugnação em tela foi interposta dentro do prazo previsto do citado Edital, isto é, até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, tendo sido recebida no dia 14 de dezembro de 2018. Sendo, pois, tempestivo o protesto e encaminhado de forma válida, o mesmo foi recebido, razão pela qual passamos para a análise do mérito.

Novamente, em síntese, alega o impugnante que o edital atacado ao ser exclusivo para ME/EPP, acaba por restringir a participação de empresas com configurações societárias diferentes. Em virtude disso, a fim de possibilitar a participação de maior número empresas, requer a alteração do Edital a fim de que seja excluída a exigência em relação a participação exclusiva de ME/EPP.

Improcede a impugnação ora analisada. A CURITIBA S.A. redigiu o edital de acordo com o que prescreve a Lei Complementar nº 123/2006. Neste sentido, vejamos o que prescreve a citada norma:

*Art. 47.*

*Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)*

*Parágrafo único. No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)*

*Art. 48.*

*Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública: (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)*

*I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)*

*II - poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte; (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)*

*III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)*

*§1º (Revogado). (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)*

*§ 2º Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da administração pública poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.*

*§ 3º Os benefícios referidos no caput deste artigo poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)*

Cumpre ainda esclarecer, que a própria Lei Complementar nº 123/2006 estabelece as situações em que o regramento acima citado não se aplica. Vejamos:

*Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts . 47 e 48 desta Lei Complementar quando:*

*I - (Revogado); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)*  
*(Produção de efeito)*

*II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte*

*sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;*

*III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;*

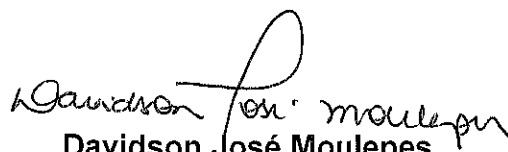
*IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)*

Desta forma, considerando o disposto nos artigos 47 e 48 da LC 123/2006 assim como não restando caracterizada no presente certame a aplicação das hipóteses previstas no artigo 49 da mesma Lei Complementar, não merece acolhimento o pleito apresentado pela impugnante quanto à supressão de exclusividade de participação no certame ora impugnado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

Quanto a alegação do valor da contratação ultrapassar os R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) do teto previsto em lei para a restrição da competição somente a microempresas e empresas de pequeno porte, numa possível prorrogação contratual, o mesmo não deve acontecer, pois o objeto do contrato é específico para a realização dos serviços de auditoria independente no Balanço Patrimonial de 2018, razão pela qual o contrato poderá ser prorrogado quanto a entrega do objeto além do prazo previsto de encerramento do contrato, e não no valor contratado.

Da exposição dos argumentos acima apresentados, não vejo que as razões impostas assistem a impugnante, não cabendo julgamento quanto à restrição à participação apenas de microempresas e empresas de pequeno porte. Neste contexto, abrir mão da exigência da estabelecida é ferir a legislação que embasou a confecção do edital.

Sem mais para o momento,

  
**Davidson José Moulepes**  
Gerente Financeiro / Administrativo e de Pessoal  
Pregoeiro

Curitiba, 17 de Dezembro de 2018.

100  
R

PROTOCOLO 57-000209

PARECER Nº 093/2018-DP-4

**EMENTA:** LICITAÇÃO PELA MODALIDADE  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2018 –  
IMPUGNAÇÃO AO EDITAL  
CONVOCATÓRIO - NULIDADE  
PROCEDIMENTO - AFRONTA AOS  
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS.

Mediante o presente, a Gerência Administrativa, financeira e de Pessoal, encaminha o presente para parecer jurídico acerca a Impugnação Administração apresentada pela empresa **MACIEL AUDITORES S/S**, aos termos do edital convocatório, sob a alegação de que as exigências contidas no mesmo afrontam os princípios constitucionais e da Lei 8.666/93, afrontando aos princípios da competitividade e da isonomia.

Em apertada síntese, alega a Recorrente que a licitação limita a participação apenas de microempresas e empresas de pequeno porte. Ainda sugere como segundo ponto, que a possível prorrogação do contrato com a empresa vencedora do certame ultrapassaria o valor teto de R\$80.000,00 (oitenta mil reais) para a aplicação da lei complementar 123/2006 e suas alterações.

Remetida a impugnação ao Pregoeiro designado para o certame, foram tomadas as providências visando dar ciência aos interessados da apresentação da presente impugnação, bem como prestadas as informações acerca das condições editalícias impugnadas, remetendo o processo para análise e parecer jurídico.

Primeiramente, vê-se que as condições estabelecidas no Edital convocatório, submetem não só as empresas participantes como a própria Administração, que não pode afastar-se das regras ali estabelecidas. Portanto, não há amparo para que a companhia promova as alterações solicitadas pela Requerente.

Até mesmo porque, em que pese as alegações da empresa quanto aos itens retro mencionados, é de se considerar que os requisitos de participação das empresas e de comprovação de qualificação técnica estabelecidos no instrumento convocatório não possuem qualquer objetivo discriminatório, tampouco, apresenta qualquer ilegalidade quanto a

exigência do atendimento solicitado, razão pela qual não merecem qualquer alteração.

É de se considerar que a Lei 8.666/93, em seu Artigo 30, ao dispor acerca da qualificação técnica a ser comprovada pelas empresas participantes, objetiva permitir à Administração uma melhor avaliação das condições da empresa atender ao interesse público, e executar o contrato, de forma satisfatória às suas necessidades. Tanto assim, que estabelece o cumprimento de diversas condições, a fim de comprovar tal condição.

O que não pode é a Administração submeter o seu interesse ou a sua necessidade às possibilidades de possíveis interessadas em participar. Ora, se a empresa não cumpre com as exigências estabelecidas, não pode simplesmente a Administração modificar as suas condições e, via de regra, deixar de atender ao seu interesse e necessidade, para curvar-se ao interesse de uma empresa especificamente. Isto sim é que corresponderia a estabelecer um tratamento diferenciado, ou discriminatório, como utilizado por esta empresa em sua correspondência, em detrimento de outras empresas que estejam em condições de contratar conforme estabelecido.

No presente caso, obviamente que o objetivo não é simplesmente obter uma vantagem financeira. A vantagem não se relaciona exclusivamente com a questão financeira, mas sim com a obtenção de serviços satisfatórios, de qualidade adequada. De nada serviria a contratação por valor irrisório para receber objeto que não atenda aos interesses e necessidades de quem contrata.

É com este objetivo que foi deflagrado o presente certame, definindo-se o conteúdo da vantagem a ser obtida e o fim a ser satisfeito, e para tal esta Comissão definiu as exigências e requisitos a serem cumpridos e observados para a participação na Licitação, visando sempre o melhor atendimento ao interesse da Companhia.

Ao contrário do alegado pela Impugnante quanto ao valor da contratação não excede o teto previsto em lei, em uma possível prorrogação processual, pois o objeto contratado é específico para a realização dos serviços de auditoria independente no balanço patrimonial de 2018. Visto isso, o contrato poderá ser prorrogado, mas não seu valor.

Assim, nos termos da fundamentação consignada na presente, bem como no parecer do Pregoeiro, que esta Supervisão corrobora na íntegra, e considerando que se mostra latente o cumprimento das disposições legais aplicáveis ao certame licitatório em questão, não encontra amparo a Impugnação apresentada, sendo esta Supervisão Jurídica de parecer pela manutenção do posicionamento exarado pelo Sr. Pregoeiro, devendo, entretanto, a decisão final ser proferida pela Diretoria Executiva da Curitiba S.A., ante sua competência legal e estatutária.

Curitiba, 09 de janeiro de 2019.

A handwritten signature in black ink, consisting of stylized, flowing letters that appear to be 'R', 'C', 'M', and 'A'.

Ricardo Costa Maguetas  
Assessor Jurídico.



**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA – CURITIBA S/A**

**DECISÃO DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA**

**Ref.: EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2018**

**Processo Administrativo: 57-000.209/2018**

**Impugnante.: MACIEL AUDITORES S/S**

1. Trata-se de pedido de impugnação aos termos do Instrumento Convocatório relativo ao **Pregão Eletrônico n.º 006/2018 - CURITIBA S/A**, interposto pela empresa **MACIEL AUDITORES S/S**, em face, em apertada síntese, alegação de que aos termos do edital convocatório, as exigências contidas no mesmo afrontam a lei 8.666/93, por desrazoadas e desproporcionais à espécie de contratação, bem como limitam o caráter competitivo do certame.
2. Antes, verifica-se a tempestividade e a regularidade da presente impugnação, atendendo o previsto na Lei de Licitações e no item 4.5 e alíneas do Edital.
3. Registre-se a síntese do alegado:

(...) verifica-se que o presente pregão, do modo como foi confeccionado seu instrumento convocatório, restringe a competitividade, eis que exclui as empresas de médio e grande porte da disputa : frise-se que a possibilidade de empresas maiores competirem, traz também a possibilidade de contratação de empresa mais experiente e que proporcionará mais segurança a contratação.

(...) Como a lei determina que apenas licitações cujo valor sejam de até R\$ 80.000,00 possam ser aplicadas a exclusividade; e considerando que para fins de dimensionar o valor da licitação devem ser somados os períodos de prorrogação, conclui-se que o presente certame não deveria privilegiar a exclusividade.

4. No mérito, verifica-se que razão NÃO assiste à impugnante.
5. Em breves linhas, a empresa fundamenta sua impugnação alegando a restrição da competição, visto que a licitação limita a participação apenas de microempresas e

empresas de pequeno porte. Ainda, sugere como segundo ponto, que a possível prorrogação do contrato com a empresa vencedora do certame ultrapassaria o valor teto de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para a aplicação da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações.

6. A impugnação em tela foi interposta dentro do prazo previsto do citado Edital, isto é, até cinco dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, tendo sido recebida no dia 14 de dezembro de 2018. Sendo, pois, tempestivo o protesto e encaminhado de forma válida, o mesmo foi recebido, razão pela qual passamos para a análise do mérito.
7. Novamente, em síntese, alega o impugnante que o edital atacado ao ser exclusivo para ME/EPP, acaba por restringir a participação de empresas com configurações societárias diferentes. Em virtude disso, a fim de possibilitar a participação de maior número empresas, requer a alteração do Edital a fim de que seja excluída a exigência em relação a participação exclusiva de ME/EPP.
8. Improcede a impugnação ora analisada. A CURITIBA S.A. redigiu o edital de acordo com o que prescreve a Lei Complementar nº 123/2006. Neste sentido, vejamos o que prescreve a citada norma:

Art. 47.

Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

Parágrafo único. No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

Art. 48.

Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública: (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

104  
R

II - poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte; (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

§ 1º (Revogado). (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

§ 2º Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da administração pública poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

§ 3º Os benefícios referidos no caput deste artigo poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

9. Cumpre ainda esclarecer, que a própria Lei Complementar nº 123/2006 estabelece as situações em que o regramento acima citado não se aplica. Vejamos:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts . 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

I - (Revogado); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

(Produção de efeito)

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

10. Desta forma, considerando o disposto nos artigos 47 e 48 da LC 123/2006 assim como não restando caracterizada no presente certame a aplicação das hipóteses previstas no artigo 49 da mesma Lei Complementar, não merece acolhimento o pleito apresentado pela impugnante quanto à supressão de exclusividade de participação no certame ora impugnado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

11. Quanto a alegação do valor da contratação ultrapassar os R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) do teto previsto em lei para a restrição da competição somente a

199

microempresas e empresas de pequeno porte, numa possível prorrogação contratual, o mesmo não deve acontecer, pois o objeto do contrato é específico para a realização dos serviços de auditoria independente no Balanço Patrimonial de 2018, razão pela qual o contrato poderá ser prorrogado quanto a entrega do objeto além do prazo previsto de encerramento do contrato, e não no valor contratado.


12. Da exposição dos argumentos acima apresentados, não vejo que as razões impostas assistem a impugnante, não cabendo julgamento quanto à restrição à participação apenas de microempresas e empresas de pequeno porte. Neste contexto, abrir mão da exigência da estabelecida é ferir a legislação que embasou a confecção do edital.


13. Assim, nos termos da fundamentação consignada na presente, bem como nas demais informações e documentos contidos no processo em epígrafe, nos quais se mostram latentes o cumprimento das disposições legais aplicáveis ao certame licitatório em questão, a Companhia de Desenvolvimento de Curitiba é de parecer pela manutenção do posicionamento exarado.

14. Por conseguinte, julgamos, por unanimidade, **IMPROCEDENTE** a impugnação apresentada pela empresa **MACIEL AUDITORES S/S**.

15. Dê-se ciência a empresa impugnante.

Em, 19 de Dezembro de 2018.

  
DAVIDSON JOSÉ MOULEPES  
Pregoeiro

  
MARCUS VINICIUS DOS SANTOS  
Equipe de Apoio

  
ADRIANE ORCHEL  
Equipe de Apoio



CURITIBA

CURITIBA S.A.  
Folha nº 105  
G.F. 105/15



CURITIBA S.A.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA

## DECISÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

NUMERO DO PROCESSO:

57-000.209/2018

DOCUMENTO:

IMPUGNAÇÃO

DATA DO DOCUMENTO:

14/12/2018

INTERESSADO:

MACIEL AUDITORES S/S

VALOR:

n/a

INDICAÇÃO FISCAL:

n/a

DECISÃO DIRETORIA EXECUTIVA:

A Diretoria Executiva da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - Curitiba S/A, com base no parecer jurídico n.º 093/2018 - DP4, acostado às folhas 100 à 101 do referido processo administrativo, decide por unanimidade manter a Decisão do Pregoeiro e Equipe de Apoio que julgou improcedente o pedido de IMPUGNAÇÃO da empresa **MACIEL AUDITORES S/S**, referente ao procedimento licitatório sob a modalidade Pregão Eletrônico n.º 006/2018 que tem por objeto a seleção e contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Auditoria das Demonstrações Contábeis e Financeiras, relativos ao exercício a encerrar em 31 de dezembro de 2018, visando atender as necessidades da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - Curitiba S/A.

**DECISÃO: NEGADO PROVIMENTO DE IMPUGNAÇÃO.**

WALTER BRUNO CUNHA DA ROCHA

Diretor Presidente

MATEUS MARANHÃO RAMOS

Diretor Administrativo e Financeiro